

• **Rômulo do Nascimento Rocha**
Graduando do curso de Ciências Sociais da UFC

• **Caiala Mariana Quixadá Monteiro**
Graduanda do curso de Ciências Sociais da UFC

• **Bruno Alves de Sousa**
Mestrando em Antropologia UFC-Unilab

• **Marcelo Tavares Natividade**
Professor Doutor do Departamento de Ciências Sociais da UFC

Introdução

O trabalho apresenta resultados parciais de pesquisa desenvolvida no Projeto de extensão "Observatório Nacional da Política LGBT", no Laboratório dos Marcadores Sociais da Diferença (LAMAs). A proposta discute políticas públicas voltadas à promoção da saúde sexual, incluindo o combate a epidemia de HIV-AIDS no cenário político atual. O contexto presente é de crise nas políticas sociais, principalmente no campo das políticas de saúde e dos direitos humanos. O avanço de conservadorismos típicos de um governo "de direita" opera a desestruturação de programas em defesa desses direitos, especialmente nas políticas de saúde sexual.

Objetivo

Analisar fatos e acontecimentos cronológicos que possibilitam identificar uma conjuntura de desmonte da política pública de HIV/AIDS e outras ISTs no Brasil. Apontar como perspectivas moralizadoras orientam decisões de gestão e estruturação de ministérios, secretarias, departamentos e pastas, impactando a política de saúde e as políticas de direitos humanos.

Metodologia

Contemplou pesquisa documental, coleta de entrevistas, monitoramento de mídias e mapeamento de informações oficiais da política em saúde, especialmente aquelas em prevenção e cuidados da saúde sexual. Considerando esse corpus de pesquisa, a análise de dados oficiais revela a desestruturação de uma política crucial para a população no acesso à sistemas de saúde e seus programas.

Resultados

O monitoramento dos acontecimentos durante o governo atual sinalizam retrocesso no controle de informação sobre a epidemia, afetando também ações de prevenção, como o acesso a tratamentos e programas de saúde sexual. Em janeiro de 2019, Adele Benzaken, até então diretora do Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), do HIV e Hepatites Virais do Ministério da Saúde, foi exonerada do cargo com o argumento de que o governo precisava voltar a estimular a prevenção do HIV, "mas sem ofender as famílias". Além disso também foi retirada do site uma cartinha informativa sobre a saúde de homens trans para "adequações técnicas". Em maio de 2019 foi retirada a palavra AIDS do nome oficial do Departamento que passou a se chamar Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. Na sequência, o Ministério da Saúde lançou uma campanha de prevenção às ISTs com viés moralista, reforçando estigmas e preconceito, ao divulgar uma linguagem visual que difundia pânico moral ao invés de estimular a busca de informação em saúde.



Imagem da campanha de prevenção a Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs). Foto: Reprodução

No início de 2020, a Ministra Damares Alves tornou pública uma ação do Estado que preconizava a abstinência sexual como política pública de combate à gravidez na adolescência e disseminação de ISTs ao público jovem. O atual Presidente além de elogiar a estratégia, disse a imprensa que uma pessoa com HIV é "despesa para todos no Brasil".

Considerações Finais

O cenário é de tensão no campo das ações em saúde sexual, impactado pelo atual quadro político de direita e avanços de neoconservadorismos. A defesa da abstinência e castidade e do retardo da vida sexual como prevenção da gravidez e da infecção por ISTs indicam o viés moralista religioso perpassando as ações do Poder Público. Contradições se destacam nas alterações em quadros técnicos (demissões, mudanças de status de setores e departamentos); no enfraquecimento da política de informação em saúde com impactos no acesso a prevenção, testagens, adesão a tratamentos, e na perda de espaço de técnicos e especialistas em saúde e sua substituição por quadros militarizados; no desaparecimento das identidades coletivas da dita política de saúde sexual.

Fontes Bibliográficas

CANCIAN, Natalia. Diretora do departamento de HIV é exonerada, e ONGs reagem. Site Folhapress. 11 de janeiro de 2019. Disponível em: <<https://www.folhapse.com.br/politica/diretora-do-departamento-de-hiv-e-exonerada-e-ongs-reagem/93035/>> Acesso em: 30/07/2020.

MOVIMENTO de aids considera retrocesso a retirada da palavra aids do nome oficial do Departamento. Site Agência AIDS. 21 de maio de 2019. Disponível em: <<https://agenciaaids.com.br/noticia/movimento-de-aids-considera-retrocesso-a-retirada-da-palavra-aids-do-nome-oficial-do-departamento/>> Acesso em: 30/07/2020.

CASTRO, Rodrigo; TATSCH, Constança. Especialistas classificam campanha do governo contra DSTs de 'retrocesso e ineficaz'. Site Época. 02 de novembro de 2019. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/sociedade/especialistas-classificam-campanha-do-governo-contradsts-de-retrocesso-ineficaz-24057044>> Acesso em: 30/07/2020.

BOLSONARO diz que pessoa com HIV é "despesa" e elogia plano de abstinência. Site UOL. 05 de fevereiro de 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/02/05/bolsonaro-pessoa-com-hiv-e-despesa-para-o-pais.htm>> Acesso em: 30/07/2020.